





**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

## **CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE**

Ata da reunião de 11 de dezembro de 2019

Nesta data, reuniu-se por convocação da presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

"O processo de revisão do Plano Diretor: caminhos trilhados e a percorrer"

O presidente do Instituto Pereira Passos deu início à reunião e realizou as seguintes observações:

- Hoje vamos discutir o Plano Diretor. Eu sempre digo que o corpo técnico da Prefeitura do Rio de Janeiro é um privilégio, é um patrimônio que nós temos. Espero que a possamos fazer novos concursos para ir renovando o quadro. Eu convidei a Mariana, que faz parte do Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro, que é como se fosse o Instituto Pereira Passos de Maricá. Agora, no estado do Rio de Janeiro, há três cidades que têm instituições equivalentes ao IPP, além de Maricá, Volta Redonda também tem. Seja bem-vinda, a reunião do Conselho está sempre aberta a vocês.

**Em seguida, foi dada a palavra à Mônica Bahia. Os tópicos apresentados por ela foram os seguintes:**

- Quero agradecer ao IPP, ao Mauro Osório e ao Carlos Krykhtine pela oportunidade estar aqui. Vou apresentar a vocês um trabalho que vem sendo feito pela Gerência de Macroplanejamento da Secretaria de Urbanismo, desde 2018, para planejar o processo de revisão do Plano Diretor. Esse grupo de macroplanejamento vem trabalhando tecnicamente desde 2012, quando foi regulamentado o Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor. O Plano Diretor de 2011 instituiu cinco sistemas, que são grandes arranjos institucionais para a sua implementação. Dentro desses cinco sistemas foi instituído o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Humana, formado por um comitê governamental, com titulares das pastas ligadas diretamente ao desenvolvimento urbano; e um Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor. Nós fizemos diversos trabalhos em conjunto e desde 2018 temos esse desafio de fazer a revisão do Plano Diretor.

- Na minha apresentação, vou fazer uma breve contextualização; depois falarei sobre a estrutura do Plano Diretor de 2011; do que foi feito a partir janeiro de 2018 e o que será feito até 2020. Pretendemos apresentar uma minuta preliminar para discussão, pra que cheguemos em 2021 com um material discutido com a sociedade; vou falar sobre o diagnóstico intersectorial integrado, que foi atualizado em 2018, a metodologia em relação a problemas que foram identificados nesse diagnóstico e as interfaces intersectoriais para enfrentá-los; vou falar sobre o grupo de interlocutores, que conseguimos criar em outubro de 2019 e que já estava no planejamento desde o início em 2018; e vou mostrar um pouco da plataforma colaborativa que criamos e que já está no ar.

- O Plano Diretor é a lei que registra e estrutura a política urbana do município. A construção dessa política se dá por um processo cíclico. Que vai desde a formulação da política, à implementação, ao acompanhamento das ações que são efetivamente instituídas em cada um desses documentos, e à avaliação a cada cinco anos, e à sua revisão a cada 10 anos, como está instituído no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor de 2011. E o objetivo é nortear o desenvolvimento urbano sustentável, que se traduza em diretrizes de Estado, não apenas diretrizes estratégicas que tem a ver com o trabalho de cada administração que chega à cidade. A ideia é que o Plano Diretor seja macro, com diretrizes para conseguir que seus objetivos e ações estruturantes possam ser implementados em uma sequência lógica com a ajuda desses sistemas que mencionei, dos parâmetros e, no caso do Plano Diretor de 2011, ele trás além dos parâmetros, áreas prioritária para intervenção.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Essa plataforma colaborativa está sendo organizada por meio do SIURB, Data.Rio, não é?

Mônica Bahia: Ela vai estar ancorada lá. Ela estava sendo gerida fora, mas queríamos colocar um link direcionado com o domínio “.rio”.

Calors Krykhtine: Ela está criada no Data.Rio Hub, como o PDS, e a vitória de hoje foi conseguir o domínio “.rio”.

Mônica Bahia: A estrutura do Plano Diretor de 2011 conta com cinco títulos, o primeiro deles trata das bases da política urbana, os objetivos, princípios e diretrizes. Nesse plano foram 12 princípios e 25 diretrizes. O título dois trata do ordenamento territorial, que o conteúdo abrange as macrozonas de ocupação urbana, as áreas de restrição à ocupação, os vetores de crescimento da cidade, as áreas sujeitas à intervenção e os índices de aproveitamento do terreno. O título três traz as ferramentas legais, os instrumentos da política urbana, que envolvem tanto os de regulação urbanística, edificação e ambiental, quanto os de planejamento urbano, gestão de uso e ocupação do solo, gestão ambiental, e, também, os instrumentos financeiros, orçamentários e tributários. O título quatro detalha as políticas setoriais, algumas na época algumas foram consideradas mais vinculadas ao desenvolvimento urbano e, portanto, receberam ações estruturantes. Com elas, nós podemos a partir da avaliação do Plano Diretor em 2015, fazer um embrião de monitoramento dessas ações, que foi repetido em 2018. Além dessas, no título quatro temos as políticas econômicas, sociais e de gestão. E, no título cinco, estão as estratégias de implementação, que são os cinco sistemas que mencionei: o primeiro deles é o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana, que está funcionando em partes, já que o Comitê Governamental nunca se reuniu, mas o Comitê Técnico funciona há sete anos, como mencionei; o Sistema de Informações Urbanas, o SIURB, foi a consolidação desse sistema, é um trabalho que o IPP já vinha construindo há um tempo, acho que foi um ganho para a Prefeitura e, logicamente, para a articulação de todas as políticas setoriais da Prefeitura; o Sistema de Defesa da Cidade, que é formado pela Defesa Civil, Fundação Geo-Rio e outros órgãos de conservação que são acionados em alguma situação de emergência, calamidade pública etc; o Sistema de Controle de Uso e Ocupação do Solo, que é um trabalho para fazer frente a essas áreas irregulares da cidade e que discutimos no âmbito do Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor, fizemos uma minuta e já houve algumas tentativas para que ela fosse regulamentada. iríamos fazer por decreto, mas ainda não conseguimos; e o Sistema de Planejamento em Gestão Ambiental, que ainda está sendo discutido no âmbito dos órgãos ambientais e é o que está mais atrasado em termos de regulamentação. Esses são os principais marcos legais que regem todo o processo de revisão do Plano Diretor, eles remontam à Constituição Federal e à Lei Orgânica Municipal, que o constituiu como instrumento básico da política urbana. O Estatuto da Cidade efetivou e referendou essa diretriz da Constituição e da Lei Orgânica, e, também, fez a exigência de um sistema de planejamento e controle, foi com essa diretriz que criamos esses cinco sistemas.

- Em 2011 tivemos a aprovação do Plano Diretor com a instituição desse sistema integrado e a publicação do decreto 35652 em 2012, que a partir daí surgiu o Comitê Técnico. Em 2016 fizemos uma avaliação do Plano Diretor, que infelizmente não foi tão abrangente como nos propusemos a fazer, tínhamos um planejamento com consultas à sociedade, oficinas e seminários. Não conseguimos fazer isso na época, mas fizemos a avaliação no âmbito do Compur e também das coordenadorias da SMU. E, no início de 2018 começamos o processo de revisão com o alinhamento intersetorial no âmbito do Comitê Técnico e em 2019 conseguimos começar esse diálogo com segmentos da população por meio do grupo de interlocutores. Realizamos desde 2012, 97 reuniões com órgãos municipais que compõem o CTPD, vinculados à política de desenvolvimento urbano da cidade, e viemos avançando nesse trabalho conjunto. Começamos com relatórios anuais, inicialmente feitos por órgão, mas percebemos que não era o nosso objetivo fazer um trabalho tão setorizado, queríamos promover essa integração. E começamos a trabalhar mais em conjunto, então fizemos relatórios por políticas, em 2015 fizemos um diagnóstico urbano e ambiental da cidade para embasar o processo de avaliação do Plano Diretor e em 2016 fizemos um relatório de avaliação o Plano Diretor, que não foi feito diretamente com a participação mais efetiva do CTPD, embora ele tenha participado, porém foi feito mais no âmbito do Compur. Todos eles estão disponíveis no site da SMU, e também na plataforma colaborativa, onde o usuário poderá fazer o download de todos esses trabalhos.

- Em 2016 fizemos trabalhos intersetoriais com algumas secretarias, o primeiro deles foi um estudo para identificação de áreas para implantação de habitação de endereços sociais, feito com a participação mais direta da Secretaria Municipal de Habitação; e outro para identificação de áreas prioritárias para a distribuição de equipamentos comunitários na cidade, que na época eram as Escolas do Amanhã, as Clínicas da Família e alguns hubs de equipamentos de assistência social, com quatro tipos de equipamento, CRAIS, CREAS, CTs e sedes das grandes áreas de atuação. Em 2015 fizemos um modelo inicial das ações estruturantes, monitoramos 195 ações de cinco políticas intersetoriais, meio ambiente, transporte, patrimônio, habitação e saneamento e serviços públicos. Analisamos o status dessas ações, se estavam em execução ou previsão, se foram realizadas, se tinham previsão etc. E fizemos, também, uma identificação de prioridades para os cinco anos a seguir, mas houve a crise e as coisas não aconteceram da maneira que imaginávamos. O que se nota é que em 2016, a maioria das ações estavam em execução e, na época, não discernimos quais ações que tinham princípio, meio e fim, das ações que eram contínuas. Em 2018 quando refizemos e atualizamos esse trabalho, percebemos a importância de distinguir isso.

- Em termos de avanços nesse Plano Diretor, uma questão que é sempre abordada, é a importância que foi dada à paisagem da cidade como um bem cultural, coletivo, e o fortalecimento da proteção da paisagem e do patrimônio carioca. Também foram destaques a definição e territorialização das macrozonas de ocupação com outro critério, mais direcionado para as diretrizes que se queria para cada uma dessas zonas, um pouco diferente do que o Plano de 1992 trazia. E as ações estruturantes e objetivas que foram incorporadas à essas cinco políticas setoriais e, também, os cinco sistemas criados, que foram as estratégias de implementação.

- Para o processo de revisão para 2021, nossos principais desafios englobam: a atualização do macrozoneamento e macroordenamento, percebemos que as macrozonas propostas em 2011 precisam sofrer reajustes, talvez conceituais; a territorialização oficial das áreas de restrição à ocupação, dos vetores de desenvolvimento e áreas de preservação permanente, até hoje não temos um mapa das áreas de preservação permanente da cidade. As áreas de restrição, fizemos um primeiro mapeamento em 2013 com a primeira proposta de revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que foi pra Câmara e não foi votada, retornou ao município em 2017, foi feita uma nova abordagem, fizemos uma atualização desse mapeamento de áreas de restrição, porém percebemos que precisávamos avançar ainda mais, e agora estamos fazendo uma

categorização dessas áreas de restrição. É importante para fazermos uma proposta mais atualizada dessa macroordenamento territorial. Além disso, percebemos a necessidade de conseguir mecanismos que possibilitem que os instrumentos de implementação do Plano Diretor sejam mais autoaplicáveis a partir do Plano. Temos instrumentos que trabalhamos e fizemos toda a regulamentação internamente no município, enviou no prazo certo para a Câmara e a ela não votou. Vários desses instrumentos ficaram “não aplicáveis” porque não foram votados pela Câmara Municipal. Percebemos que além de tentar viabilizar novas formas de aplicação desses instrumentos, temos que melhorar viabilizar sua auto-aplicabilidade.

- Mostramos o nosso mecanismo de monitoramento das ações estruturantes, mas observamos que eles foram muito pautados pela expertise dos técnicos, pela visão de cada um dos setores que foram contatados, e percebemos que precisamos ter um direcionamento mais objetivo por meio de indicadores. Essa é uma das questões que estamos discutindo com o IPP, que tem notório saber na formulação de indicadores. Para nós seria muito importante que conseguíssemos efetivar essa parceria para trazer toda a expertise do IPP, de modo que possamos trabalhar de forma mais objetiva a questão dos indicadores. Já caminhamos nesse sentido, fazendo um estudo e uma reunião de diversos indicadores, tantos os utilizados aqui, como IPS e IDS, mas também indicadores usados pelo BID e pelo PDS. Reunimos mais de 500 indicadores e fizemos uma síntese, chegamos a cerca de 300, mas nosso objetivo é trabalhar com um número de indicadores muito menor. Mas para isso, precisamos avançar na discussão as ações estruturantes, que é o momento que estamos agora.

Aparte de Carlos Krykhtine: Ficamos sabendo hoje que o IPS caiu na prova da Uerj. Ficamos orgulhosos que um indicador feito pelo Instituto esteja ganhando notoriedade.

Mônica Bahia: Só para fazer uma síntese do que já foi feito e das etapas que estamos enfrentando agora. Começamos com uma proposta metodológica e a definição dos conceitos norteadores para revisão do plano e, também, com um *brainstorming* no âmbito do Comitê Técnico sobre os desejos de cidade. Fizemos um trabalho tanto de uma identificação de nuvem de problemas, mas também de desejos de cidade a nível do corpo técnico. A partir disso, começamos a trabalhar as bases da política urbana e a elaboração do diagnóstico intersetorial integrado.

- Entramos em consenso sobre alguns princípios, objetivos e diretrizes dessa política urbana. E também começamos a trabalhar nos inventários setoriais e as interfaces entre as políticas. E, a partir de 2019, começamos a centrar esforços na difusão da discussão em torno das ações estruturantes e, também, do ordenamento territorial. Já fizemos um inventário dos instrumentos e de todos os problemas que temos nos instrumentos que vieram do Estatuto da Cidade, o porquê de ainda não termos conseguido efetivá-los e qual o status da aplicabilidade de cada um desses instrumentos. Estamos avançando na discussão sobre sistemas e fundos. Temos no Plano Diretor, no artigo 37, os instrumentos orçamentários e tributários, e entre eles, os fundos. Temos uma grande dificuldade a nível técnico de entender como esses fundos se organizam e funcionam, e qual a destinação dos seus recursos. A ideia é aprimorar isso e ter um panorama mais apurado dessa situação. E, a partir de outubro, começamos uma discussão com a sociedade civil, por meio da formação do grupo de interlocutores. A ideia é que elaboremos uma minuta para revisão desse plano até março de 2020, para que possamos discutir com a sociedade por meio de audiências públicas e discussões mais amplas. Não vai ser provavelmente um a minuta ideal, já que temos pouco tempo, mas queremos fazer uma discussão já com uma minuta para não ter nenhuma surpresa.

- Entre os conceitos norteadores da revisão do Plano, buscamos sempre a transversalidade entre as políticas e a transdisciplinaridade dos conhecimentos e áreas de atuação, com integração entre escalas. E isso é muito importante, estamos sempre trabalhando com a escala metropolitana, com a intenção de articulação com escala macro, mezzo e local da cidade. Vemos

a necessidade de uma maior integração entre as instâncias governamentais e entre os segmentos sociais. Com esse trabalho no grupo de interlocutores, percebemos a necessidade de colocar os grupos sociais para conversarem entre si. Na Prefeitura, não temos uma experiência tão grande de interlocução com os segmentos sociais e eles mesmos não têm entre si.

-Esses são os desejos de cidade, que saíram da nossa proposição inicial com o CTPD, que é trabalhar o Rio para que ela seja uma cidade mais saudável, equilibrada, mais equânime, inclusiva, multifuncional, compacta, policêntrica, ordenada, segura e sustentável. Mas de que modo vamos fazer isso? Essa é a questão, nosso desafio passa por aí. Trazemos como referências a nova agenda urbana, o Plano de Desenvolvimento Sustentável, toda a política de mudanças climáticas, o Plano de Mobilidade Urbana e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e, também, toda a estratégia de trabalhar o uso e ocupação do solo por meio dos grandes eixos de transporte da cidade. Fizemos em 2018, 58 reuniões temáticas intersetoriais e nove oficinas interativas do CTPD, para discutir tanto os princípios, objetivos e diretrizes das políticas urbanas e setoriais, como também uma tentativa de territorialização dessa política urbana.

- Eu não vou me deter a isso, mas eu trouxe para vocês e vai ficar registrado nessa apresentação, os objetivos da política urbana, que foram alinhados no CTPD: fortalecer as instituições locais; promover o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana em prol do interesse coletivo.; garantir o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental e cultural em prol de uma cidade mais saudável e resiliente; garantir uma cidade segura, inclusive e democrática. Trabalhamos com quatro objetivos, oito princípios e vinte diretrizes da política urbana. Tentamos fazer um alinhamento entre o que estava sendo discutido com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

- Esse foi o escopo geral do diagnóstico intersetorial de 2018. A introdução fala um pouco sobre o que é o Plano Diretor, a atuação do CTPD, a síntese dos resultados da avaliação de 2016, do contexto metropolitano e como o próprio processo de revisão foi montado. No capítulo 1 fazemos uma caracterização em cima de um tripé formado por suporte físico e ambiental, o patrimônio natural e cultural, a população e a economia urbana. No capítulo 2 fizemos o detalhamento de algumas questões que achamos importantes relacionadas à dinâmica urbana e ambiental. Discutimos um pouco o uso e ocupação do solo, habitação, questão da regularização fundiária, infraestrutura e as vulnerabilidades ambientais e sociais. No capítulo 3 trazemos algumas matrizes, identificamos a importância dessas políticas conversarem para fazermos frente a esses problemas que foram elencados. Nas considerações finais trazemos algumas propostas de políticas setoriais. Em linhas gerais o diagnóstico mostra que há ocupação urbana em 50% do território do município e 28% ainda possui cobertura vegetal, 34% é protegido pela legislação e, como todos sabem, a malha urbana se expande para o oeste da cidade. A ampliação dos custos de infraestrutura com a ida da cidade para oeste aumenta gradativamente e conseqüentemente a pendularidade e os elevados tempos de viagem se refletem nos custos que a população arca com transportes. 65% da população reside na zona norte e na zona oeste, percebemos uma estagnação do crescimento demográfico na zona sul e na zona norte e um crescimento elevado na zona oeste e na Baixada Jacarepguá, principalmente entre o setor mais jovem. O envelhecimento da população se dá na cidade como um todo, com exceção da zona oeste, onde o segmento jovem ainda predomina.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Você citou que o IPP é craque para ajudar nessas coisas, tá tudo 100% correto. Contudo, o bairro do Rio de Janeiro que tem a maior número absoluto de idosos é Campo Grande. Em proporção, Copacabana dá um banho.

Monica Bahia: A situação de pobreza atinge 14% dos domicílios cariocas, onde a renda per capita vai até meio salário mínimo. Quase 78% do total do município abaixo da linha de pobreza e de extrema pobreza, se localizam na AP3 e AP5. A concentração de empregos se dá, como

todos sabem, na área central e zona sul. É importante salientar a importância do setor de administração pública e da indústria na composição do valor adicional do grupo, em contraposição ao setor de serviços, que é o mais forte na cidade.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: O que é maior, a administração pública ou a indústria?

Monica Bahia: É mais ou menos a mesma proporção. Eles somados representam 32%.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Isso você tira do PIB municipal do IBGE?

Monica Bahia: Sim.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Não é o que o dado esteja errado, é o dado oficial. Mas não se calcula o PIB municipal da forma que se faz com o PIB da união. Há no IBGE partições para estados e municípios, então isso pode modificar bastante como se compreende o fenômeno.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: No senso comum, as pessoas possuem a ideia de que o setor público tem um peso maior do que o que de fato tem na cidade do Rio. Então se os dois são iguais, e vocês colocam administração pública na frente, pode parecer com que ela seja muito maior. Além do que, eu colocaria emprego, com outro recorte. O que é serviço jurídico único e o que é emprego com carteira assinada. Porque aí emprego com carteira assinada é mais de 80% do total de emprego formal da cidade. A cidade do Rio tem uma pujança privada bem maior do que se pensa. O problema é que não há quase nada de economia na periferia metropolitana e no interior fluminense é a mesma coisa, tirando Macaé e algumas outras cidades. No próprio Rio Síntese, que nós fizemos e colocamos alguns dos dados citados sobre a cidade, damos ênfase no salário médio, que é parecido com a da cidade de São Paulo.

Aparte do conselheiro Pedro da Luz: Friburgo tem indústria, né.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Nova Friburgo é a maior cidade industrial do estado do Rio de Janeiro em termos de peso relativo. Mas é um ponto fora de curva. Por exemplo, o Médio Paraíba tem as montadoras, mas não atraiu praticamente cadeia. O Rio de Janeiro tem uma vantagem e um problema: a vantagem é que está muito perto de São Paulo, o problema é que está muito perto de São Paulo. Então o estado tem que procurar sempre complementar essa união. Em termos de emprego na indústria automobilística, o estado do Rio de Janeiro ainda é o sexto estado.

Monica Bahia: Só fazendo um lembrete, o que trazemos para a apresentação é um resumo do resumo, o diagnóstico completo feito pelo CTPD é bastante completo e reuniu diversas fontes de dados, logicamente com toda a possibilidade que temos de contar com as fontes do IPP e outras. Não ficamos só no que temos de aporte de informações dentro da Prefeitura. Trouxemos, também, fontes de fora. Tudo está disponível, como já mencionamos o link.

- Em relação à metodologia de identificação das interfaces, partimos do problema como o centro. O problema seria o que nós queremos enfrentar e como esse problema afeta cada política setorial. Partimos de outras matrizes, que são “como”, “quem” e “onde”. Na matriz “como” pensamos que estratégias, que ações, que instrumentos, poderiam fazer frente a cada problema. No “quem”, quais seriam os responsáveis, qual política setorial, qual órgão e quais as parcerias que seriam necessárias? E no “onde”, como eu falei, nas oficinas trabalhamos bastante nisso. E isso fica claro no nosso diagnóstico, conseguimos reunir uma gama muito grande de mapas sobre a cidade. Para conseguir trabalhar melhor essas ações estruturantes, partimos de dois métodos que se reúnem: a interface entre os problemas e ações que são necessárias para identifica-los. Identificamos cerca de 120 problemas da cidade e os reunimos em 13 desafios intersetoriais. Pedimos, então, aos órgãos, que trabalhassem nessas matrizes e identificassem

quais seriam as ações que pudessem enfrentar os diversos problemas. Isso fazia com que os diversos temas transversais e desejos de cidade fossem agrupados e permeassem as diversas políticas. Então, trabalhar a cidade produtiva e multifuncional, ao mesmo tempo da cidade mais inclusiva e participativa; equilibrada e equânime; cidade saudável e resiliente; e cidade segura e ordenada. E aí fomos trabalhando os subgrupos de discussão. Os grandes temas perpassam os grandes grupos de discussão com os diversos órgãos.

- Depois desse trabalho, chegamos em três questões chaves, a partir do diagnóstico intersetorial que foi feito: 1) direito e cidade para todos; 2) ambiente e população saudável com prevenção aos múltiplos e proteção ao ambiente coletivo; e 3) coesão e equidade social. Discutimos na avaliação do Plano Diretor de 2016, sobre como colocar essas três grandes questões chave para conversar com esses eixos de desenvolvimento urbano ambiental e sustentável que previmos em 2016, que são: a intensificação da ocupação das áreas centrais; a valorização e qualificação do desenvolvimento e ocupação dos eixos de transporte de alta e média capacidade; a implantação de corredores de proteção ambiental, tendo os rios como espinha dorsal; e o controle e requalificação das áreas periféricas. Nós entendemos que os elementos estruturadores para conseguirmos isso são: a paisagem; o transporte público e coletivo; as centralidades; a multiplicidade de usos e estratos sociais; os polos de desenvolvimento econômico; e os espaços livres públicos. E também resgatar, manter e viabilizar as atividades agrícolas e a pesca, buscando a sustentabilidade da cidade em relação ao abastecimento e o fortalecimento da segurança alimentar. Essa questão do desenvolvimento econômico, ela tem um rebatimento direto na questão da infraestrutura e do uso e ocupação do solo. Estão diretamente relacionadas. O nosso objetivo é trabalhar isso de forma integrada nesses subgrupos de discussão. Falando um pouco das instâncias de discussão, só para vocês terem uma ideia das diversas instâncias de discussão desse processo de revisão do Plano Diretor, o primeiro deles foi através do Comitê Técnico de acompanhamento do plano. A gente agora conseguiu formar o Comitê Consultivo da sociedade civil, que a gente chama de Grupo de Interlocutores. Eles abrangem não somente essas entidades que foram convidadas, mas também as entidades que já faziam parte do Conselho Municipal de Políticas Urbanas (Compur). Esses dois grupos são consultivos. Então, a gente trabalha com encaminhamentos, fizemos um regimento interno, são discutidas questões em cada uma das reuniões plenárias e depois são feitas discussões em subgrupos. Mas o comitê deliberativo, evidentemente, será formado pelo prefeito, pela secretaria de Urbanismo e demais órgãos municipais. E, finalmente, estão previstas as eleições da sociedade, através de audiências públicas, a partir de 2020. E agora, depois de conseguirmos resolver um problema operacional, vamos colocar a plataforma no ar. A ideia é que a gente culmine com uma conferência da cidade.

O Plano Diretor é um plano de estado. A gente não pode fugir do fato real da cidade, já que a gente tem uma eleição no meio do caminho. Agora, a nossa intenção em chamar a sociedade civil para discutir é, justamente, dar um passo a mais numa mudança de cultura que a prefeitura tem de fazer essa discussão um pouco centralizada nas suas instâncias internas. A gente percebe que, mesmo que esse cronograma não seja cumprido da forma como imaginamos, a gente teria como data final para envio desse projeto de lei à Câmara, o ano de 2021, quando o plano completa dez anos. Então, é uma tentativa de ampliarmos essas discussões e trabalhar junto com parcerias. Nós estamos trabalhando com seis grandes segmentos. No segmento governamental, todas as esferas – municipal, estadual e federal – estão envolvidas. As associações e movimentos sociais, o setor político e empresarial, as organizações não governamentais, as entidades de classe e algumas organizações internacionais, que estão dando apoio a esse trabalho: a ONU-Habitat, a WRI e o Instituto Lincoln.

Esses são os temas que estão previstos para serem discutidos (fazendo referência ao slide), a gente já teve duas reuniões sobre a função social da cidade, da propriedade urbana e o direito de propriedade; vamos ter uma reunião à parte sobre as bases da política urbana e das políticas



setoriais. Nós já começamos as reuniões sobre macroordenamento territorial. E a organização dessas nossas reuniões envolve tanto as reuniões plenárias como as reuniões com os subgrupos. Nós também começamos a fazer reuniões por segmentos sociais, já nos reunimos com os movimentos sociais no Observatório das Favelas e fizemos uma reunião com o Centro de Ciência e Tecnologia, com o pessoal do Parque Tecnológico da UFRJ. Isso fortalece as discussões tanto em termos de diretrizes quanto de ações para o Plano Diretor.

Aparte do conselheiro Israel Sanches: Você poderia dar mais detalhes sobre o que foi discutido especificamente na área de Ciência e Tecnologia da Inovação?

Mônica Bahia: A gente está iniciando essa discussão, mas percebemos a importância de trabalhar esse conceito de parque tecnológico de uma forma melhor distribuída na cidade e não apenas ficar com o conceito físico e territorial, estanque em determinado local. Outra questão também é a importância do encadeamento das cadeias de valor, de fortalecermos trabalho do tripé Universidade-empresas-setores de capacitação. Também foi discutida a necessidade de se diversificar alguns eixos do desenvolvimento econômico.

- Então, a gente tem essa agenda até março, a ideia é que agente tenha essa minuta até o final do mês. O nosso objetivo foi que todo o processo fosse feito da maneira mais horizontalizada possível. O diferencial da nossa proposta é justamente possibilitar o espraiamento dessa conversa, desse trabalho horizontalizado que a gente vem fazendo na prefeitura. O Comitê Técnico tem uma importância muito grande nesse trabalho porque contribui para a articulação técnica na prefeitura. A partir das discussões que nós tivemos nas reuniões plenárias, a gente gerou alguns encaminhamentos. Surgiu a necessidade de discutir escopo, a própria estrutura do Plano Diretor, os prazos, os indicadores, os mecanismos para uma vinculação mais efetiva do Plano Diretor com o plano orçamentário e tributário, os mecanismos de implementação do processo participativo, a questão agrária e o ordenamento territorial da cidade, a questão do perímetro urbano. Outra coisa que foi bastante falada foi a necessidade de a gente detalhar o artigo 7 do Plano Diretor de 2011, porque ele apenas transcreve o que estava no Estatuto da Cidade. A questão de definir melhor a função social dos bens dominicais públicos e as estratégias que nós podemos traçar para que esses bens possam cumprir a função social da cidade da propriedade urbana. A questão também de criar uma estância pública para a gestão desses imóveis ociosos. A necessidade de regulamentar e promover a aplicação conjugada dos instrumentos de implementação do Plano Diretor; regulamentar as parcerias público-privadas, dentre outras questões.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Primeiro, gostaria de parabenizar a Mônica. É fundamental essa discussão que nós estamos fazendo aqui. Eu queria destacar dois pontos importantes. Um deles é que eu não vi nenhuma discussão sobre a questão fiscal e isso é absolutamente central. Porque além de pensar sobre a distribuição de renda, é necessário pensar sobre como você gera riqueza. O Brasil está entre os dez maiores PIBs do mundo, mas em termos de PIB per capita está na posição 72. Então, a discussão das prioridades, a discussão de receita é fundamental, principalmente nesse momento de restrição fiscal na cidade. Eu queria que você falasse um pouco sobre como a gente pode avançar nessa questão.

Mônica Bahia: A gente, diferentemente de São Paulo e Belo Horizonte, não teve uma outorga onerosa possibilitada em todo território da cidade. O Plano Diretor de 2011 só estabeleceu os índices máximos, não estabeleceu índices básicos nem índices únicos. A gente tem alguns pontuais exemplos de aplicação desses instrumentos, como o PEU de Vargens; no próprio Porto, como você mencionou, a questão das CEPACs.

Aparte do conselheiro Pedro Da Luz: Mônica, primeiro eu gostaria de te parabenizar, você tem sido uma aguerrida trabalhadora., que vem há bastante tempo carregando essa missão. Você tem conseguido sensibilizar setores na prefeitura que pareciam que não estavam dando a menor

bola para isso. O Plano Diretor em São Paulo e em Belo Horizonte – até pela leitura como um todo da sociedade pelo que ele trata – focou na questão territorial. E dentro dessa questão territorial, ele falou muito sobre essa questão que o Mauro coloca, a de gerar receita. Então, você pega o Plano Diretor de São Paulo e você vê nos primeiros capítulos que ele fala dos instrumentos de apropriação da produção da cidade. Eu acho que essa é a grande negociação frente à cidade de uma maneira geral. É uma coisa que está na lei, no Estatuto da Cidade, mas não é muito aplicada. E em outros países como a Colômbia, estão conseguindo fazer a aplicação desses instrumentos. Então, nesse sentido, o Plano Diretor precisa ser mais explícito em relação ao pacto que ele quer construir. E nessa questão, os instrumentos de apropriação da produção da cidade capitalista precisam ser um pouco apropriados. Eu acho o Plano Diretor dispersivo nessa questão do território.

Mônica Bahia: Eu queria destacar a oportunidade de usar essa discussão da revisão para o corpo técnico fazer parte dessa discussão da política. Isso tem sido muito inovador.

Aparte do conselheiro Pedro Da Luz: Mas aí é que está, Mônica, a gente se perde numa dispersão muito grande.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: E tem uma questão que não entra na pauta, mas que a gente tem que discutir de alguma forma, é a questão das milícias.

Aparte de Ana Carla Badaró: Temos que ter um plano muito claro, com metas e indicadores acompanháveis e, além disso, temos que ter um plano que a cidade entenda. O melhor cobrador desse plano é a população. Enquanto os planos continuarem sendo para um técnico da prefeitura ou para os legisladores da Câmara, nós não iremos avançar. Temos que traduzir o Plano Diretor, precisamos desenhar.

Aparte do conselheiro Fernando Cavaliere: A natureza do Plano Diretor é diferente. Ele é muito mais normativo do que indicativo, tá muito longe de ser como o Plano de Metas. Se ele for um misto, como em SP, onde tem o Plano Executivo e Diretor de Desenvolvimento Urbano, muda totalmente de figura. Porém, se dermos esse caráter que ele possui no Rio de Janeiro; um Plano Ordenador, mas no sentido de grandes diretrizes; leis e códigos, ele possui uma natureza diferente de como concebemos normalmente. Acho que não deveria se chamar Plano para não confundir, mas se quiser incorporar metas e objetivos, talvez seja uma boa ideia, mas do jeito que está desenhado hoje em dia, deveria ser descartado.

Aparte do conselheiro Pedro da Luz: Existem partes da cidade do Rio de Janeiro que são muito importantes. A identidade de cada uma delas é muito forte. Existe uma hierarquia no planejamento. Existe uma lei que acho que deveria ser espacial que é o Plano Diretor e depois se detalha os PEUs porque no Rio é muito forte em determinadas partes. A Urca é uma parte e Paquetá é outra. Existem partes muito específicas nessa cidade, ela tem recintos diferentemente de São Paulo que é uma mancha urbana, mais contínua. Tanto Belo Horizonte quanto São Paulo adotam o índice que faz com que a legislação construtiva da cidade passe a se referir não a quadra, mas ao norte, fragmentando a cidade. A questão do gabarito da quadra foi uma coisa muito mista.

Aparte do conselheiro Fernando Cavaliere: Para o conjunto da população, essa não é uma matéria fácil de se entender. Não há uma participação intensa para discutir o Plano Diretor de Desenvolvimento porque não é uma matéria do cotidiano. As pessoas não estão interessadas em saber do princípio das coisas, querem saber o que vai acontecer na sua esquina. É uma matéria muito complexa.

-Para o projeto ser aprovado da maneira mais parecida com o que se foi imaginado, é importante ter a participação da equipe da prefeitura na Câmara de Vereadores. Para isso, é fundamental apoio do executivo. Se o prefeito não tiver interesse, não vai ficar do jeito que você quer. É fundamental ter uma equipe técnica para explicar aos vereadores.

Aparte de conselheiro: -Defendemos o Plano Diretor com essa quantidade de artigos e informações, pois há uma atividade muito grande em identificar, em um município, um conjunto de valores que sejam estatais e definidos para a população. Você não tinha um objetivo para transportes até você ter um plano municipal de mobilidade urbana. O Plano Diretor de 2011 vem antes desse e traz algumas coisas sobre isso. Refletindo assim em diversas políticas setoriais. Essa cultura que o Plano Diretor tem é de tentar preencher um espaço que sempre foi difícil. A sistematização disso é muito difícil de você encontrar valores além desses.

Aparte de Ana Carla Badaró: O governo federal exige que você tenha um plano setorial muito bem definido e desenhado; com um comitê organizado, plano elaborado e específico. Eu não sei se vamos precisar colocar tudo em um Plano Diretor. De alguma maneira, forçosamente, os órgãos já estão sendo obrigados a fazer seus planos específicos setoriais de forma mais consistente. É uma mudança de mentalidade dos financiamentos. Esse movimento está acontecendo para quase todo mundo. Eu acredito que qualquer plano que queremos realizar tem que estar bastante focado em um trabalho profundo na sociedade. Só acredito em planos que a sociedade compra. Para isso, nós como técnicos, devemos dar os instrumentos da forma mais fácil possível. Seja através de mapas ou desenhar o nosso objetivo, até termos indicadores bem claros. Não basta fazermos o indicador, temos que saber como vamos acompanhar e monitorar depois. Precisamos ter uma estratégia pós-plano.

Aparte da conselheira Maria Alice Carvalho: Não é porque a população não participa que temos problemas com o Plano Diretor. O Plano Diretor também é um instrumento de organização. Ele não pode ser visto apenas como o resultado da participação de uma sociedade organizada. A sociedade se organiza com o Plano e é difícil fazer isso em torno de princípios normativos. Ninguém se organiza em torno de princípios. Temos um problema de um plano ser excessivamente normativo para uma sociedade que se organiza a partir de objetivos e metas que ela consiga entender. Talvez falte um pouco da agência intelectual dos técnicos, no sentido de organizar para que a sociedade entenda e possa participar e, sobretudo, avaliar. Precisamos fazer com que esse Plano Diretor tenha uma dimensão menos normativa. É uma dimensão complicada e não pode ser em torno de princípios.

Mônica Bahia Schlee: O Plano Diretor é um plano de Estado. Ele é tanto normativo quanto orientador. Ele só vai ser organizador quando conseguirmos combinar com os russos. A equipe está tentando fazer justamente isso. Precisamos chegar a consensos dentro do ambiente técnico, mas agora estamos extrapolando um diálogo maior com a sociedade. A cidade precisa se autofinanciar, não temos da onde tirar esses recursos. Muito dificilmente teremos nos próximos 10 anos, que é a vigência deste plano. Portanto, esse projeto já tem que contar com isso e alguns ramos da sociedade precisam entender. O setor do empresariado, às vezes, tem certa dificuldade com a questão da captação e da valorização. As pessoas confundem muito as coisas.

-Eu discordo um pouco que o Plano Diretor tenha que se assemelhar com os planos estratégicos. Os planos estratégicos, aqui no Rio de Janeiro, são planos de governo. Então toda administração que é eleita realiza seu plano estratégico. Batalhamos muito para fazer dois planos que foram bastante ancorados no Plano Diretor. Para nós, o papel dele é ser um guia para emitir um parecer e se posicionar a respeito de demandas que vem de fora. Cada nova administração assume seus compromissos com a sociedade que a elegeu. É importante deixar para o plano estratégico essas metas, mas isso não significa que vamos abrir mão de estabelecer prazos. Os prazos que foram estabelecidos no Plano Diretor para o poder público foram cumpridos. Só não tivemos a capacidade de fazer cumprir depois os prazos da Câmara.

-Acho que é importante tratarmos o Plano Diretor de uma maneira mais compreensível e territorializado. Só vejo com um pouco de preocupação fazer um plano mais simplificado.

Aparte da conselheira Maria Alice Carvalho: O que vocês estão fazendo é uma mediação qualificada. E essa mediação é muito importante para organizar a sociedade. É chegar para sociedade e dizer: "Nós temos um problema ambiental. Vamos primeiro abordar as várzeas ou cuidar do saneamento básico da Rocinha?". Essa coisa que se transforma em política, mas antes passa por vocês, essa mediação técnico-científica. Não tem como fazer política sem isso. Felizmente, no Rio de Janeiro, possuímos essa tradição de anos de termos seres políticos e

estatais. Isso deu aos técnicos do Rio uma competência que eu não sei se é igualável a qualquer outro lugar do Brasil. Essa mediação qualificada é o que está faltando. Precisamos organizar a sociedade para entender o que é a produção de uma cidade.

O presidente do IPP, Mauro Osorio, agradeceu aos presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.